

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

*(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO
QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA
MARINHA / CP-T/2014)*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

DIREITO

1) De acordo com o disposto no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80), é correto afirmar que:

- (A) em tempo de paz e, se convocados, os integrantes da reserva serão designados para o serviço ativo, em caráter permanente e compulsório.
- (B) o militar que, por sua atuação, se tornar incompatível com o cargo, ou demonstrar incapacidade no exercício de funções militares a ele inerentes, será afastado do cargo.
- (C) licença para tratar de interesse particular é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar com mais de 5(cinco) anos de efetivo serviço, que a requeira com aquela finalidade.
- (D) após a declaração de estado de guerra, os militares em serviço ativo poderão ser comissionados, permanentemente, em postos ou graduações superiores aos que efetivamente possuírem.
- (E) a transferência do militar para a reserva remunerada será suspensa na vigência do estado de guerra, estado de emergência e estado de sítio, excetuando-se o caso de mobilização.

2) No tocante ao Título "Da Prova", de acordo com o Código de Processo Penal Comum, assinale a opção correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- (B) O silêncio do acusado importará em confissão e será interpretado em prejuízo da defesa.
- (C) A busca pessoal dependerá de mandado expedido pela autoridade judiciária, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida.
- (D) São obrigadas a depor como testemunha as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.
- (E) A confissão do acusado é indivisível e irretroatável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

3) Analise as afirmativas abaixo, atinentes à prescrição no Código Penal Castrense.

I - São reduzidos de metade os prazos da prescrição, quando o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 21 anos e menor de 24 anos.

II - No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de 30 anos, e, se oficial, a de 45.

III- A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de 30 anos.

Assinale a opção correta.

- (A) apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (C) apenas a afirmativa III é verdadeira.
- (D) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (E) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

4) Em relação ao tema Mandado de Segurança, de acordo com a Lei nº12.030, de 17 de setembro de 2009, assinale a opção correta.

- (A) Não é permitido, mesmo em caso de urgência, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- (B) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos.
- (C) Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.
- (D) Poderá ser concedido mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (E) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 5) De acordo com o disposto na Constituição Federal, são princípios gerais da atividade econômica, EXCETO:
- (A) soberania nacional.
 - (B) propriedade privada.
 - (C) livre concorrência.
 - (D) não intervenção.
 - (E) defesa do consumidor.
- 6) De acordo com o disposto no Regulamento Disciplinar para a Marinha (Decreto nº 88.545/83), é correto afirmar que:
- (A) as prescrições desse Regulamento aplicam-se aos militares da Marinha da ativa, da reserva remunerada e não remunerada, aos reformados e aos civis assemelhados a oficiais.
 - (B) todas as penas impostas, inclusive as repreensões em particular, serão transcritas nos assentamentos do contraventor, logo após o seu cumprimento ou a solução de recursos interpostos.
 - (C) é considerado contravenção disciplinar, conversar ou fazer ruído desnecessário por ocasião de faina, manobra, exercício ou reunião para qualquer serviço.
 - (D) as contravenções disciplinares são classificadas em graves, gravíssimas, leves e levíssimas, conforme o dano que causarem à disciplina ou ao serviço.
 - (E) a pena de impedimento obriga o contraventor a permanecer em casa, quando não estiver em serviço, não podendo frequentar bares e restaurantes no período noturno.
- 7) Em relação ao tema Recursos, de acordo com a Lei nº 5.869/73, Código de Processo Civil, assinale a opção correta.
- (A) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
 - (B) O agravo retido depende de preparo.
 - (C) Recebida a apelação em ambos os efeitos, o Juiz poderá inovar no processo.
 - (D) Nos embargos infringentes, o prazo para interpor e para responder é de 10 dias.
 - (E) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 8) No que concerne ao Título "Do Inquérito Policial", de acordo com o Código de Processo Penal Comum, assinale a opção correta.
- (A) O inquérito, nos crimes em que a ação depender de representação, poderá ser iniciado sem a mesma.
 - (B) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
 - (C) A autoridade policial poderá arquivar os autos do inquérito, quando verificar a existência de causa de exclusão da ilicitude.
 - (D) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
 - (E) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito a requerimento de qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da infração penal.
- 9) Em relação à Lei 8.457/92, que trata da Organização da Justiça Militar da União, é correto afirmar que:
- (A) os juízes militares que integrarem os Conselhos Especiais serão obrigatoriamente de posto superior ao do acusado.
 - (B) compete ao Conselho Especial de Justiça processar e julgar todos os oficiais nos delitos previstos na legislação penal militar.
 - (C) o Superior Tribunal Militar compõe-se de doze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República.
 - (D) o Superior Tribunal Militar compõe-se de 6 Ministros civis, 4 dentre advogados de notório saber jurídico e 2 por escolha paritária dentre Juízes-Auditores e Membros do Ministério Público Militar.
 - (E) os Ministros militares permanecem na ativa, em quadros especiais da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 10) Em relação ao capítulo "Dos Direitos Sociais", de acordo com a Constituição Federal, assinale a opção correta.
- (A) É assegurada aos trabalhadores domésticos proteção, em face da automação, na forma da lei.
 - (B) É direito dos trabalhadores urbanos e domésticos, exceto os rurais, o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - (C) É assegurado aos trabalhadores domésticos o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (D) É direito dos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
 - (E) É assegurada aos trabalhadores domésticos remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- 11) Segundo a Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal), em seu art. 197, das decisões proferidas pelo juiz da vara de execuções penais caberá recurso de:
- (A) apelação.
 - (B) recurso em sentido estrito.
 - (C) agravo.
 - (D) embargos infringentes.
 - (E) embargos de divergência.
- 12) De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 200/67, as atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais, EXCETO:
- (A) Planejamento.
 - (B) Coordenação.
 - (C) Descentralização.
 - (D) Delegação de Competência.
 - (E) Aumento da Produtividade.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 13) De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:
- (A) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, ou celebrar a paz, quando autorizado ou referendado pelo Senado Federal.
 - (B) sancionar, promulgar e fazer publicar as emendas à Constituição, leis e regulamentos.
 - (C) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (D) decretar o estado de defesa e o estado de sítio, desde que autorizado pelo Senado Federal.
 - (E) decretar e executar a intervenção federal, desde que autorizado pelo Senado Federal.
- 14) Segundo o autor Rogério Greco, em Curso de Direito Penal, volume I, no que concerne à relação de causalidade, o Código Penal Comum adotou a teoria da:
- (A) equivalência dos antecedentes causais.
 - (B) causalidade adequada.
 - (C) imputação objetiva.
 - (D) causalidade jurídica.
 - (E) relevância jurídica.
- 15) De acordo com o disposto nas normas que regulam a prescrição quinquenal (Decreto nº 20.910/32), é correto afirmar que:
- (A) corre a prescrição mesmo durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.
 - (B) a prescrição suspensa recomeça a correr, pelo dobro do prazo, da data do ato que a suspendeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
 - (C) o direito à reclamação administrativa, que não tiver prazo fixado em disposição de lei para ser formulada, prescreve em 2 (dois) anos a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar.
 - (D) quando o pagamento se dividir por dias, meses ou anos, a prescrição atingirá progressivamente as prestações à medida que completarem os prazos estabelecidos pelo Decreto 20.910/32.
 - (E) prescrevem em 4 (quatro) anos todo o direito e as prestações correspondentes a pensões vencidas ou por vencerem, ao meio soldo e ao montepio civil e militar ou a quaisquer restituições ou diferenças.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

16) De acordo com a Lei nº 11.079/04, que trata das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública não poderão ser garantidas, mediante garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade.
- (B) a contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.
- (C) após a celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria público-privada.
- (D) é permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra ou o fornecimento de instalação de equipamentos.
- (E) as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública não poderão ser garantidas, mediante garantia prestada por organismos internacionais que não sejam controladas pelo Poder Público.

17) Em relação ao Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, de acordo com a Lei 9.784/99, é correto afirmar que:

- (A) a norma que rege o processo administrativo é aplicada somente no âmbito do Poder executivo.
- (B) são capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis anos, desde que haja previsão especial em ato normativo próprio.
- (C) são legitimados como interessados no processo administrativo as pessoas ou as associações legalmente constituídas há mais de dois anos, quanto a direitos ou interesses coletivos.
- (D) o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (E) são legitimadas como interessadas no processo administrativo as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais homogêneos.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

18) Analise as afirmativas abaixo, em relação ao Título "Das Nulidades", do Código de Processo Penal Comum.

- I - Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- II - A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- III- A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- IV - A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a nulidade dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

19) Conforme as disposições do Código Penal Comum, referentes ao Título "Da Aplicação da Lei Penal", é correto afirmar que:

- (A) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto aqueles decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) considera-se praticado o crime no momento do resultado, independentemente do momento da ação ou da omissão.
- (C) o dia do começo exclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- (D) a pena cumprida no estrangeiro agrava a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.
- (E) ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 20) De acordo com Eugenio Pacelli de Oliveira, em Curso de Processo Penal, flagrante impróprio ocorre quando o agente:
- (A) está cometendo a infração penal.
 - (B) acaba de cometer a infração penal.
 - (C) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
 - (D) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o autor da infração.
 - (E) é preso por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- 21) Em relação ao tema Pessoas Naturais, de acordo com a Lei nº 10.406/02, Código Civil, assinale a opção correta.
- (A) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até 2 anos após o término da guerra, depois de esgotadas as buscas e averiguações.
 - (B) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes, aos pais ou aos irmãos, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.
 - (C) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito 60 (sessenta) dias depois de publicada pela imprensa, mesmo que passe em julgado antes deste período.
 - (D) Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada sua qualidade de herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipoteca equivalente aos quinhões respectivos.
 - (E) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

22) De acordo com a Constituição Federal, no título "Da Ordem Social", assinale a opção correta.

- (A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, mas os direitos sobre elas prescrevem no prazo de 10 anos.
- (B) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, desde que comprovada a separação de fato por mais de 2 (dois) anos ou decorrido 1 (um) ano da data da separação judicial.
- (C) As usinas que operem com reator nuclear poderão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
- (D) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada, em qualquer meio de comunicação social, podem ser de um brasileiro e, em caráter excepcional, de um estrangeiro que resida há mais de 10 (dez) anos no país.
- (E) o dever do estado com a educação será efetivado mediante garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

23) Em relação ao tema Juiz, Auxiliares e Partes do Processo, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.002/69, Código de Processo Penal Militar, analise as afirmativas abaixo.

- I - O acusado que for oficial ou graduado perderá, embora sujeito à disciplina judiciária, as prerrogativas do posto ou graduação.
- II - O ofendido, seu representante legal e seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do Ministério Público.
- III- O juiz estará impedido e não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver dado parte oficial do crime.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa III é verdadeira.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 24) De acordo com o disposto na Constituição Federal, em relação ao título "Dos Direitos e Garantias Fundamentais" é correto afirmar que:
- (A) as entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (B) a sucessão de bens de estrangeiro situados no País será sempre regulada pela lei brasileira quando o cônjuge ou os filhos forem brasileiros.
 - (C) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente à autoridade policial competente e ao serviço social ou à pessoa por ele indicada.
 - (D) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
 - (E) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade pública ou particular, assegurada ao proprietário indenização pelo seu uso, ainda que não haja dano.
- 25) Segundo o Código Penal Comum, "quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não...", configura a hipótese de:
- (A) concurso material.
 - (B) concurso formal.
 - (C) concurso de agentes.
 - (D) concurso de pessoas.
 - (E) crime continuado.
- 26) Em relação ao instituto da Menagem, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.002/69, Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que:
- (A) a menagem concedida em residência ou cidade será levada em conta no cumprimento da pena.
 - (B) poderá ser concedida menagem ao reincidente, em quartel, navio, acampamento ou em outro estabelecimento militar.
 - (C) a menagem a civil será em lugar sujeito à administração militar, se assim o entender necessário a autoridade que a conceder.
 - (D) não será levada em conta para a concessão da menagem a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
 - (E) a menagem não cessa com a sentença condenatória.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 27) De acordo com o disposto na Lei 8.112/90, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, assinale a opção que apresenta um dos requisitos básicos para investidura em cargo público.
- (A) A quitação com as obrigações militares e fiscais.
 - (B) A idade mínima de 16 (dezesesseis) anos.
 - (C) A idade máxima de 45 (quarenta e cinco) anos.
 - (D) O gozo dos direitos trabalhistas.
 - (E) Aptidão física e mental.
- 28) De acordo com o Código Penal Militar, no tocante ao Título "Dos Crimes Contra o Patrimônio", assinale a opção que apresenta o tipo penal que admite a modalidade culposa.
- (A) Furto de uso.
 - (B) Roubo simples.
 - (C) Chantagem.
 - (D) Dano simples.
 - (E) Dano em material ou aparelhamento de guerra.
- 29) De acordo com a Lei nº 5.836/72, que dispõe sobre o Conselho de Justificação, é correto afirmar que:
- (A) realizadas todas as diligências, o Conselho de Justificação passa a deliberar, em audiência, com a presença dos interessados, sobre o relatório a ser redigido.
 - (B) o Conselho de Justificação dispõe de um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.
 - (C) o Conselho de Justificação é composto de três oficiais, da ativa, da Força Armada do justificante, de posto superior ao seu.
 - (D) a reforma do oficial é efetuada no grau hierárquico superior ao que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
 - (E) o Conselho de Justificação inquire primeiro o acusado e, posteriormente, o acusador, sempre oralmente, não podendo receber, por escrito, seus esclarecimentos.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 30) No que tange às disposições do Código Penal Comum, acerca "Dos Crimes Contra a Administração Pública", a conduta de "deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente", corresponde ao tipo penal do crime de:
- (A) peculato.
 - (B) concussão.
 - (C) corrupção passiva.
 - (D) prevaricação.
 - (E) condescendência criminosa.
- 31) Assinale a opção que NÃO corresponde a um Crime Contra o Serviço Militar e o Dever Militar, previsto no Código Penal Militar.
- (A) Amotinamento.
 - (B) Insubmissão.
 - (C) Deserção.
 - (D) Abandono de posto.
 - (E) Embriaguez em serviço.
- 32) Em relação ao tema Processos Especiais, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.002/69, Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que:
- (A) a contagem dos dias de ausência, para efeito da lavratura do termo de deserção, iniciar-se-á no dia em que for verificada a falta injustificada do militar.
 - (B) o insubmisso que se apresentar ou for capturado terá o direito ao quartel por menagem e será submetido a inspeção de saúde. Se incapaz, ficará isento do processo e da inclusão.
 - (C) o desertor que não for julgado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo.
 - (D) consumada a deserção de oficial e de praça especial, eles serão agregados, permanecendo nessa situação ao apresentarem-se ou serem capturados.
 - (E) o insubmisso que não for julgado no prazo de 45 dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, sem que para isso tenha dado causa, será posto em liberdade.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 33) No que tange à Lei nº 8.072/90 (crimes hediondos), assinale a opção correta.
- (A) Nos crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são suscetíveis de anistia, graça e indulto.
 - (B) A pena por crime previsto nesta Lei será cumprida em regime integralmente fechado.
 - (C) Os condenados por crime previsto nesta Lei não terão direito à progressão de regime.
 - (D) Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.
 - (E) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são suscetíveis de fiança.
- 34) Em relação ao tema Sucessões, de acordo com a Lei nº 10.406/02, Código Civil, é correto afirmar que:
- (A) é possível aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.
 - (B) a substituição fideicomissária somente se permite em favor dos não concebidos ao tempo da morte do testador.
 - (C) podem ser revogados os atos de aceitação ou de renúncia da herança.
 - (D) o direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão.
 - (E) é válido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

35) Em relação ao tema Inquérito Policial Militar, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.002/69, Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que:

- (A) o inquérito deverá terminar dentro em 40 (quarenta) dias, se o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito, sendo este prazo improrrogável.
- (B) não se poderá opor suspeição ao encarregado do inquérito, mas deverá este declarar-se suspeito quando ocorrer motivo legal, que lhe seja aplicável.
- (C) será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de Capitão-Tenente, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional.
- (D) a autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- (E) o inquérito policial militar não poderá ser iniciado por portaria feita por via telegráfica ou radiotelefônica, mesmo que seja confirmada posteriormente por ofício.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

36) De acordo com o disposto nas normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (Lei Complementar nº 97/99), é correto afirmar que:

- (A) cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante.
- (B) o planejamento e a execução dos exercícios operacionais serão realizados sempre com a cooperação dos órgãos de segurança pública e de órgãos públicos com interesses afins.
- (C) cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional.
- (D) cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Ministro da Defesa.
- (E) cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

37) Em relação ao tema Domicílio, de acordo com a Lei nº 10.406/02, Código Civil, têm domicílio necessário, EXCETO:

- (A) o incapaz.
- (B) o agente diplomático.
- (C) o preso.
- (D) o militar.
- (E) o marítimo.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

38) De acordo com a Lei 10.259, que trata dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal, assinale a opção correta.

- (A) Compete ao Juizado Especial Cível processar, conciliar e julgar as causas de competência da Justiça Federal no valor de 40 salários mínimos.
- (B) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.
- (C) Nas causas de que trata esta lei, não haverá reexame necessário, bem como o Juiz não poderá deferir medidas cautelares no curso do processo.
- (D) Compete ao Juizado Especial Cível processar, conciliar e julgar as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- (E) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetuada com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

39) Em relação ao tema Tutela Antecipada, de acordo com a Lei nº9.494, de 10 de setembro de 1997, e com o Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) A sentença que tenha por objeto a reclassificação, equiparação ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá ser executada antes do seu trânsito em julgado.
- (B) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, não poderá o juiz, mesmo quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- (C) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada, em decisão fundamentada, pelo juízo competente, até a audiência de instrução e julgamento.
- (D) Prescreverá em 2 (dois) anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (E) A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 40) Em relação ao tema Ação Civil Pública, de acordo com a Lei nº 7.347, assinale a opção correta.
- (A) Será cabível ação civil pública para veicular pretensão que envolva contribuição previdenciária.
 - (B) A ação civil não poderá ter por objeto obrigação de fazer ou de não fazer.
 - (C) O juiz não poderá conceder mandado liminar em decisão sujeita a agravo.
 - (D) Será cabível ação civil pública para veicular pretensão que envolva Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
 - (E) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro.
- 41) De acordo com o disposto na Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375/64), é correto afirmar que:
- (A) o Serviço Militar inicial será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro a 31 de dezembro, no ano em que completarem 18 (dezoito) anos de idade.
 - (B) os critérios para a seleção serão fixados pelo Ministério da Defesa, de acordo com os requisitos apresentados pelas Forças Armadas, de per si.
 - (C) o brasileiro que não se apresentar para a seleção durante a época de seleção do contingente de sua classe ou que, tendo-o feito, se ausentar sem a ter completado, será considerado insubmisso.
 - (D) a matrícula é o ato de admissão do convocado ou voluntário em qualquer Escola, Centro, Curso de Formação de Militar da Ativa, ou Órgão de Formação de Reserva.
 - (E) os convocados que forem condenados ao pagamento de multa, e não possuírem recursos para atendê-lo, poderão ser dispensados da mesma, desde que comprovem ser arrimos de família.
- 42) Acerca do livramento condicional, previsto no Código Penal Militar, um dos requisitos para sua concessão é que o condenado, se primário, tenha cumprido:
- (A) 1/2 (metade) da pena.
 - (B) 1/3 (um terço) da pena.
 - (C) 1/4 (um quarto) da pena.
 - (D) 1/5 (um quinto) da pena.
 - (E) 1/6 (um sexto) da pena.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 43) Em relação ao tema Aquisição da Propriedade Imóvel, de acordo com a Lei nº 10.406/02, Código Civil, são os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencentes aos donos de terrenos marginais, sem indenização:
- (A) ilhas.
 - (B) aluvião.
 - (C) avulsão.
 - (D) especificação.
 - (E) adjunção.
- 44) Em relação ao tema Prescrição e Decadência, de acordo com a Lei nº 10.406/02, Código Civil, é correto afirmar que:
- (A) salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que suspendem ou interrompem a prescrição.
 - (B) prescreve em um ano a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
 - (C) suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, os outros credores solidários não aproveitam tal suspensão ainda que a obrigação seja indivisível.
 - (D) prescreve em três anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
 - (E) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- 45) O estado de necessidade esculpido no artigo 39 do Código Penal Militar ("não é igualmente culpado quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa") exclui:
- (A) a tipicidade.
 - (B) a ilicitude.
 - (C) o dolo.
 - (D) a culpabilidade.
 - (E) o nexo de causalidade.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

46) Em relação ao tema Negócio Jurídico, de acordo com a Lei nº 10.406/02, Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, e aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) o erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio mesmo quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou a pessoa cogitada.
- (C) quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não será validado se este a der posteriormente.
- (D) é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.
- (E) quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de três anos, a contar da data da conclusão do ato.

47) De acordo com o disposto na Lei 8.429/92, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário:

- (A) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (D) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (E) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014

- 48) De acordo com o Código de Processo Penal Comum, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando:
- (A) for manifestamente inepta a denúncia ou queixa.
 - (B) faltar pressuposto processual na denúncia ou queixa.
 - (C) faltar condição para o exercício da ação penal.
 - (D) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
 - (E) verificar que o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- 49) À luz dos dispositivos constitucionais, compete ao Conselho Nacional de Justiça:
- (A) representar ao Ministério Público, no caso de qualquer crime cometido pelos magistrados.
 - (B) rever, somente mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
 - (C) o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Poder Executivo.
 - (D) receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários.
 - (E) o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e administradores públicos.
- 50) De acordo com a Lei nº 5.869/73, Código de Processo Civil, aplicam-se os motivos de impedimento e suspeição aos juízes de todos os Tribunais. Assinale a opção em que NÃO se aplicam os motivos de impedimento e suspeição.
- (A) Ao serventuário de justiça.
 - (B) Ao perito.
 - (C) Ao intérprete.
 - (D) Aos assistentes técnicos.
 - (E) Ao Ministério Público, quando não for parte.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2014